

ATA DA 360ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2012/2014

Aos vinte e quatro dias do mês de janeiro do ano dois mil e quatorze, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Primeiro Defensor Público-Geral do Estado, Renato Campos Pinto de Vitto. Presentes os (as) Conselheiros (as): Bruno Ricardo Miragaia Souza, Davi Eduardo Depiné Filho, Franciane de Fátima Marques, José Moacyr Doretto Nascimento, Juliana Saad, Luciana Zaffalon Leme Cardoso, Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Marcia Regina Garutti, Rafael Bessa Yamamura, Rafael Valle Vernaschi, e Representando a Apadep, Rafael Moracs Português de Souza. Ausente justificadamente os/as Conselheiros/as Fabiana Botelho Zapata e Luciano Alencar Negrão Caserta. O Presidente iniciou os trabalhos, encaminhando para aprovação a ata da 357ª Sessão Ordinária, a qual foi aprovada por unanimidade. Justificou a ausência da Defensora Pública-Geral, Daniela Sollberger Cembranelli em razão de férias. Comunicou que, nesta semana, bombeiros civis passaram a atuar em unidades da Defensoria que contam com maior fluxo de pessoas, a fim de atender uma recomendação da Comissão de Segurança instituída a pedido do Conselho Superior, abrangendo a proteção contra incêndio e primeiros socorros. Noticiou que, na última segunda-feira, foi realizada a posse dos novos servidores que integrarão o quadro de apoio da instituição. Informou que os novos servidores frequentaram curso de acolhimento, de uma ou duas semanas, a depender do cargo, promovido pela Edepe, com o apoio do Departamento de Recursos Humanos e da Assessoria Técnica Psicossocial - ATP. Comunicou que, na última sexta-feira, esteve em reunião a pedido do Governador do Estado, a fim de tratar da questão do sistema prisional. Informou que estiveram presentes no encontro o Secretário de Estado de Segurança Pública, Fernando Grella, o Secretário de Estado de Administração Penitenciária, Lourival Gomes, o Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado, Julio Semeghini, a Secretária de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, Eloisa Arruda, e o Defensor Assessor Criminal da Defensoria Geral, Glauco Mazetto. Relatou que durante os debates houve a menção de dar continuidade aos mutirões carcerários, de modo que fossem realizados prioritariamente nas cidades de Bauru, Campinas e Taubaté. Na oportunidade, externou sua opinião de que os mutirões são iniciativas importantes, porém paliativas, e mencionou que a Defensoria visa implementar uma política institucional de atendimento aos presos provisórios. Contudo, pediu, a fim de viabilizar a implantação de uma política de atendimento a presos provisórios adequada aos moldes que vem sendo pensados, que o Executivo fornecesse informações e dados que auxiliassem o projeto, além de prover salas equipadas para atendimento dos detentos, garantindo ainda a sua apresentação em fluxo contínuo no período matutino, acesso ao prontuário e encaminhamento das eventuais cartas-resposta. Por fim, noticiou que, a pedido do Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais, serão designados dois Defensores Públicos Paulistas para integrar uma força-tarefa nacional da Defensoria Pública, a partir de segunda-feira, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, no Estado do Maranhão. Não havendo mais comunicações da Presidência e também da Secretaria, passou-se ao momento aberto. O Presidente franqueou a palavra à Representante da Associação dos Servidores, Érica Meireles. Ela iniciou sua fala agradecendo e parabenizando a Edepe e o Departamento de Recursos Humanos pelo curso de acolhimento oferecido aos novos servidores. Solicitou a abertura de consulta pública ao processo que trata da alteração do regimento interno dos servidores, e justificou que os interessados gostariam de se manifestar e fazer sugestões à proposta. Por fim, apontou que a Associação dos Servidores, Apadep e a Ouvidoria-Geral assinaram uma manifestação pelo fim das revistas vexatórias nas unidades prisionais. Não havendo mais inscritos ao momento aberto, passou-se as manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos. Com relação à assinatura da manifestação abordada pela Representante da Associação dos Servidores, a Ouvidora-Geral, Luciana Zaffalon apontou que esta foi uma das propostas aprovadas durante o IV Ciclo de Conferências, e convidou a todos à participarem no próximo dia 12 de fevereiro da audiência pública na cidade de São Bernardo, a fim de discutirem o tema em unidades da Fundação Casa. Informou que sairá publicado

no Diário Oficial do Estado de sábado o edital de abertura das inscrições para ocupar o cargo de Ouvidor-Geral, além de ser divulgado através do portal do órgão. O Conselheiro Rafael Bessa indagou sobre como ocorrerá a operacionalização da indenização de licenças-prêmio indeferidas. Apontou que o Departamento de Recursos Humanos informava que a normativa aprovada pelo Conselho ainda necessitava de regulamentação. O Presidente mencionou que há uma questão operacional por parte do Departamento de Recursos Humanos, que está processando todas as solicitações de licença, porém considerou importante estipularem parâmetros e prazos para as solicitações, diante da disponibilidade orçamentária. O Conselheiro Bruno Miragaia abordou sobre as dificuldades da instituição em realizar perícias que comprovem violações cometidas pelo poder público, citando casos de inundações e grandes intervenções urbanísticas. Relatou que as solicitações de perícias dificilmente são atendidas, por isso, indagou sobre a renovação do convênio com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA). O Presidente esclareceu que desde a renovação do convênio, o CREA havia pleiteado a revisão da tabela de pagamentos em incremento substancial aos valores da tabela antiga, muito acima da reposição inflacionária. Relatou que a Assessoria de Convênios mantém o diálogo com aquele órgão, além do Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU) para renovação do convênio mediante valores adequados à realidade financeira da Defensoria Pública. Mencionou que, sem prejuízo, a Defensoria Geral estuda a possibilidade de publicação de um edital para credenciamento de profissionais que atendam a demanda. O Conselheiro Bruno Miragaia informou que atualmente Juízes têm atribuído valores de acordo com a tabela do CREA, após a nomeação de peritos pelo Judiciário, que se recusam a receber a remuneração da Defensoria. Contudo, afirmou que diante da remuneração abaixo da tabela, as perícias são realizadas, por vezes, com qualidade ruim. O Presidente ponderou que o orçamento da instituição é limitado, acarretando uma preocupação com o aumento progressivo de despesas periciais. O Representante da Apadep, Rafael Português indagou se haverá prazo para convocação dos demais candidatos aprovados em lista de espera, em decorrência da exoneração da Defensora Pública publicada no Diário Oficial desta semana. O Presidente esclareceu que haverá a nomeação para reposição da vaga, que será publicada oportunamente. O Representante da Apadep, Rafael Português indagou sobre o retorno da proposta de adequação do teto remuneratório encaminhado à Administração Superior em setembro de 2012, relatando que até o momento a entidade de classe ainda não recebeu a resposta da Assessoria Jurídica. O Presidente respondeu que consultará a Assessoria Jurídica sobre o caso, e responderá tão logo a Defensora Pública-Geral retorne de férias. O Representante da Apadep, Rafael Português sustentou a necessidade de atualização com a correção monetária ao auxílio - alimentação de Defensores e Servidores. Solicitou que o benefício fosse pago nos dias de realização de Plantões Judiciais. O Presidente sugeriu que a Apadep e a Associação dos Servidores formassem um requerimento estruturado e justificado, a fim de que a Coordenadoria Geral de Administração possa realizar um estudo detido da adequação ou insuficiência dos valores pagos bem como do impacto orçamentário da medida. O Conselheiro Davi Depiné noticiou que, nesta semana, foram registrados dois dias de atendimentos recordes na Triagem da Capital, apontando que grande parte da demanda trazida pelos usuários foram solicitações por vagas em creches. Mensurou que, diante do grande fluxo, o atendimento inicial havia se encerrado antes das 13hs. Por fim, mostrou a necessidade de realocar a Triagem da Capital, a fim de oferecer mais conforto às pessoas atendidas pela Defensoria. A Conselheira Franciane Marques teceu considerações sobre a situação carcerária, e apontou que um problema recorrente nas Varas de Execuções Criminais é a demora para o cálculo da pena de pessoas condenadas por parte da Justiça. Indagou quem iria coordenar as informações sobre o trabalho em VECs, justificando que seria útil o repasse dessas informações no momento da realização de mutirões. O Presidente relatou que a Assessoria Criminal conduz esse trabalho, no âmbito da Defensoria Geral, e considerou relevante o pedido da Conselheira, a qual solicitará ao Assessor Criminal para o levantamento dos dados necessários. Relatou que, durante a reunião com o Governador e Secretários de Estado, uma das medidas consensuadas foi à criação de um comitê das instituições de justiça para auxiliar nas discussões técnicas, viabilizando o diálogo com Juízes Corregedores da área penitenciária e técnicos da SAP. Por fim, noticiou que, nesta manhã, a Administração Superior realizou o protocolo do calendário eleitoral para Defensor Público-Geral e

membros do Conselho Superior, comunicando sua distribuição à Conselheira Marcia Regina Garutti. Mostrou a necessidade legal de que o calendário fosse deliberado até 14 de fevereiro de 2014. Não havendo mais inscritos as manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos, passou-se a ordem do dia. O Presidente manifestou a necessidade de agendamento de sessão para dar continuidade à discussão do processo CSDP nº 215/13. Após a discussão, o Conselho Superior DELIBEROU, designar uma reunião administrativa para o dia 30 de janeiro de 2014, às 18hs, a fim de possibilitar a participação da sociedade civil e demais interessados. O Presidente sugeriu a inversão da ordem do dia para julgamento dos processos de estágio probatório a serem confirmados na carreira, seguido dos processos urgentes, o qual foi aprovado por unanimidade. Após, iniciou a discussão com o processo CGDP CAEP nº 072/11. Interessado/a: Rodrigo Tadeu Bedoni. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. A Conselheira Franciane Marques proferiu a leitura do voto deixado pela relatora, no sentido de aprovar o relatório e confirmar o interessado na carreira. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto da relatora. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar o relatório, e encaminhar à Defensoria Pública-Geral para expedição do ato homologatório de confirmação do interessado na carreira de Defensor Público do Estado. CGDP CAEP nº 015/11. Interessado/a: Camila Paronetti Silva. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. A Conselheira Franciane Marques proferiu a leitura do voto deixado pela relatora, no sentido de aprovar o relatório e confirmar o interessado na carreira. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto da relatora. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar o relatório, e encaminhar à Defensoria Pública-Geral para expedição do ato homologatório de confirmação do interessado na carreira de Defensor Público do Estado. CGDP CAEP nº 010/11. Interessado/a: Aurea Maria de Oliveira Manoel. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. A Conselheira Franciane Marques proferiu a leitura do voto deixado pela relatora, no sentido de aprovar o relatório e confirmar o interessado na carreira. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto da relatora. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar o relatório, e encaminhar à Defensoria Pública-Geral para expedição do ato homologatório de confirmação do interessado na carreira de Defensor Público do Estado. CGDP CAEP nº 050/11. Interessado/a: Lizandra Rabelo Duarte. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. A Conselheira Franciane Marques proferiu a leitura do voto deixado pela relatora, no sentido de aprovar o relatório e confirmar o interessado na carreira. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto da relatora. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar o relatório, e encaminhar à Defensoria Pública-Geral para expedição do ato homologatório de confirmação do interessado na carreira de Defensor Público do Estado. CGDP CAEP nº 080/11. Interessado/a: Vinicius da Paz Leite. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Representante da Apadep, Rafael Português, leu o voto deixado pela relatora no sentido de aprovar o relatório e a confirmação do interessado na carreira. O Presidente encaminhou para discussão. O Representante da Apadep, Rafael Português mencionou sobre o desenvolvimento do interessado na carreira, e manifestou-se pela confirmação do interessado. Após a discussão, o Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto da relatora. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar o relatório, e encaminhar à Defensoria Pública-Geral para expedição do ato homologatório de confirmação do interessado na carreira de Defensor Público do Estado. CGDP CAEP nº 070/11. Interessado/a: Renata Oliva Monteiro. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O relator leu o relatório e proferiu a leitura no sentido de aprovar o relatório e confirmar o interessado na carreira. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório, e encaminhar à Defensoria Pública-Geral para expedição do ato homologatório

de confirmação do interessado na carreira de Defensor Público do Estado. CGDP CAEP nº 060/11. Interessado/a: Marina Costa Craveiro Silva. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O relator leu o relatório e proferiu a leitura no sentido de aprovar o relatório e confirmar o interessado na carreira. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório, e encaminhar à Defensoria Pública-Geral para expedição do ato homologatório de confirmação do interessado na carreira de Defensor Público do Estado. CGDP CAEP nº 061/11. Interessado/a: Marina Neves de Campos Mello. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O relator leu o relatório e proferiu a leitura no sentido de aprovar o relatório e confirmar o interessado na carreira. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório, e encaminhar à Defensoria Pública-Geral para expedição do ato homologatório de confirmação do interessado na carreira de Defensor Público do Estado. CGDP CAEP nº 074/11. Interessado/a: Simone Lavelle Godoy de Oliveira. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O relator leu o relatório e proferiu a leitura no sentido de aprovar o relatório e confirmar o interessado na carreira. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório, e encaminhar à Defensoria Pública-Geral para expedição do ato homologatório de confirmação do interessado na carreira de Defensor Público do Estado. CSDP nº 001/14. Interessado: Leandro de Castro Silva. Assunto: Pedido de afastamento parcial para cursar as disciplinas "Orçamento e Finanças Públicas e Orientação Monográfica" no curso de mestrado, no período de 05 de fevereiro a 11 de junho de 2014. Relator: Conselheiro Davi Eduardo Depiné Filho. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento do interessado em apenas um dia por semana, apontando que há menção expressa no pedido que o mesmo encontra-se afastado às terças-feiras para atuar no Conselho Estadual Penitenciário, sem a necessidade de novo afastamento. O Presidente encaminhou para discussão, e após para deliberação. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento do interessado. CSDP nº 363/13. Interessado: Marcos Antonio Barbieri Gonçalves. Assunto: Pedido de afastamento parcial para cursar mestrado em Psicologia como ciência e profissão, no período de 17 de fevereiro de 2014 a 2015. Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. A relatora leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento em dois dias da semana. O Presidente encaminhou para discussão, e após para deliberação. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, deferir o afastamento do interessado. CSDP nº 356/13. Interessados: Tatiana Semensatto de Lima Cosia e Fernando Artacho Carvalho Martins. Assunto: Proposta de alteração das atribuições na Regional de Osasco - Unidade Carapicuíba (1ª e 3ª Defensoria Pública da Unidade Carapicuíba). Relator: Conselheiro Davi Eduardo Depiné Filho. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de converter em diligência para que a Coordenadoria do Núcleo da Infância e Juventude, bem como a Coordenadoria da Unidade Carapicuíba se manifestem acerca da proposta inicial. O Presidente encaminhou para discussão, e após para deliberação. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, converter o julgamento do processo em diligência. CSDP nº 359/13. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (que institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O relator manifestou concordância com o pedido realizado em momento aberto e acompanhou o pedido da Associação dos Servidores em abrir prazo para consulta pública. O Presidente encaminhou para discussão, e após para deliberação. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, abrir prazo de consulta pública, nos termos do comunicado publicado. (Comunicado) O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado comunica a abertura de CONSULTA PÚBLICA aos Servidores, para que apresentem manifestações e/ou sugestões fundamentadas acerca da proposta de deliberação apresentada pela Primeira Subdefensoria Pública-Geral nos autos do processo CSDP nº 359/13, que

trata da alteração do Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública do Estado, prevista na Deliberação CSDP nº 111/09. As sugestões deverão ser enviadas, até 04 de fevereiro de 2014, findando-se às 17hs, para o endereço eletrônico conselho@defensoria.sp.gov.br ou protocolizadas na própria secretaria do Colegiado. CSDP nº 357/12. Interessada: Associação dos Servidores da Defensoria Pública. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 032/13. Interessado: Luiz Eduardo de Toledo Coelho. Assunto: Proposta de edição de deliberação para disciplinar a sistemática indenizatória das atividades de especial dificuldade. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. A Conselheira Juliana Saad proferiu o voto vista no sentido de rejeitar a proposta deduzida pelo interessado, bem como a rejeição da proposta de alteração da deliberação como formulada pelo relator. O Presidente encaminhou para discussão. O Conselheiro Luis Gustavo defendeu que a proposta confere segurança jurídica e política para que a Defensoria possa tomar esse passo, justificando ser um direito social previsto pela Constituição, tornando desnecessária uma regra legislativa expressa. O Representante da Apadep, Rafael Português concordou com o voto do relator, e manifestou que apesar da previsão constitucional do teto, o intuito é pela remuneração por um trabalho extraordinário, pois na Constituição não existe trabalho extraordinário gratuito. Por fim, mencionou instituições que aplicam esse entendimento. O Presidente teceu considerações sobre o tema, mostrando discordância ao voto do relator, que considerava as atividades realizadas no Plantão se equiparavam ao 13º salário e ao 1/3 de férias. Apontou que a mesma Constituição que confere direitos sociais, dentre os quais se insere os pagamentos por trabalhos extraordinários, também possui uma regra constitucional que limita a remuneração no âmbito do serviço público, a fim de evitar a existência de super salários, sendo inadequado que na interpretação conjunta das normas constitucionais uma seja desconsiderada. Ponderou que pela própria essência do 13º salário, que ontologicamente não se confunde com as demais parcelas pagas no ano, excluir as verbas de pagamento dos plantões, que têm caráter salarial e não indenizatório, reclamaria a edição de lei expressa. Ponderou que a Defensoria não dispõe de um órgão de âmbito nacional com poder normativo que é conferido constitucionalmente ao CNJ e CNMP, lhe cabendo o poder regulamentar, sempre dentro da legalidade estrita. Por fim, ele considerou ser aconselhável que o administrador, gestor da instituição e ordenador de despesas, tivesse uma postura cautelosa com relação ao tema, de modo que a construção desse entendimento fosse realizada pela via política, no Parlamento, ou judicial, com a evolução da jurisprudência, como vem ocorrendo em outros casos de legalidade ou constitucionalidade duvidosa. Após a discussão, o Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado o voto do relator por maioria de votos, vencido os Conselheiros Renato Campos, Juliana Saad e Davi Depiné, que se manifestavam contra a proposta. Consigna-se que o relator foi designado para apresentação da redação final da deliberação aprovada, com as adaptações atinentes à substituição da Deliberação CSDP nº 109/2008 pela Deliberação CSDP nº 286/13. O Conselho Superior DELIBEROU, por maioria de votos, nos termos do voto do relator, aprovar a proposta, nos termos da Deliberação CSDP nº 289, de 24 de janeiro de 2014, a ser publicada oportunamente. Vencidos os Conselheiros Juliana Saad, Renato Campos Pinto De Vitto e Davi Eduardo Depiné Filho que votavam acompanhando o voto vista. CSDP nº 197/13. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 206/10 (que regulamenta o concurso de remoção a pedido no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 215/13. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de deliberação que organiza a política institucional de atendimento às mulheres presas visando assegurar gestação segura e o exercício da maternidade durante o período da custódia penal, bem como a garantia, com prioridade absoluta, dos direitos das crianças e dos adolescentes. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 243/13. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de

Deliberação que disciplina a metodologia institucional de inspeções de monitoramento das condições materiais de aprisionamento nos estabelecimentos destinados á privação da liberdade. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 256/13. Interessado: Segunda Subdefensoria Pública Geral. Assunto: Concurso de promoção do nível II para o nível III, relativo ao ano de 2013. Relator: Conselheiro Davi Eduardo Depiné Filho. Revisora: Fabiana Botelho Zapata. (Processo) (Interessado/a). 266/13. Juliana Garcia Popic. 268/13. Amanda Pontes de Siqueira. 269/13. Ana Simone Viana Cota Lima. 271/13. Daniela Skromov de Albuquerque. 272/13. Tatiana de Souza Kotake. 273/13. Debora de Vito Oriolo. 274/13. Ana Paula Gaudencio de Figueiredo. 275/13. Luciana Rocha Barros Veloni Alvarenga. 276/13. Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. 277/13. Octavio Ginez de Almeida Bueno. 278/13. Jose Moacyr Doretto Nascimento. 279/13. Angélica de Lima Pieroni Detoni. 280/13. Anísio Vieira Caixeta Junior. 281/13. Daniela Gabriel. 282/13. Francisco Carlos Marques Matarezo. 283/13. Carolina Rangel Nogueira. 284/13. Bruno Ricardo Miragaia Souza. 286/13. Carolina de Melo Teubl Gagliato. 287/13. Jose Eduardo Mendes. 288/13. Rafael de Souza Miranda. 289/13. Tatiana Belons Vieira. 290/13. Paula Longo Sanches Petto. 291/13. Helena Pires de Oliveira. 292/13. Marcelo Martiniano de Oliveira. 293/13. Phenelope Carvalho de Almeida. 294/13. Mario Lucio Pereira Machado. 295/13. Bruno Lopes de Oliveira. 296/13. Kareen Patricia Bandeira Pereira Ferreira. 297/13. Alessandra Pereira de Melo. 298/13. Alexandre Pereira Soares. 299/13. Tania Cristina dos Santos de Oliveira. 300/13. Priscila Simara Novaes. 301/13. Pedro Pereira dos Santos Peres. 302/13. Renata Lawant Miranda. 303/13. Tiago Augusto Bressan Buosi. 304/13. Ana Paula Ambroggi Dotto Zveibil. 305/13. Samanta Cristina Lopes de Souza Ramos. 306/13. Mara Renata da Mota Ferreira. 307/13. Betania Devechi Ferraz Bonfa. 308/13. Gabriel Machado Maglio. 309/13. Daniele Cristina Barbatto. 310/13. Vivian Monsef de Castro. 311/13. Vanessa Boiati. 312/13. Ricardo Cesar Franco. 313/13. Maria Fernanda dos Santos Elias Maglio. 314/13. Bruna Simões França. 315/13. Luiz Rascovski. 316/13. Ana Rita Souza Prata. 317/13. Eduardo Belmudes. 318/13. Alexci Hermann de Carvalho Kirchhoff. 319/13. Guilherme Krahenbuhl Silveira Fontes Piccina. 320/13. Carolina Nunes Pannain Gioia. 321/13. Katia Cilene Oliveira Giraldi. 322/13. Amanda Polastro Schaefer. 323/13. Alvimar Virgilio de Almeida. 324/13. Maricy Rehder Coelho Camara. 325/13. Leila Rocha Sponton. 326/13. Sabrina Nasser de Carvalho. 327/13. Vanessa Pellegrini Armenio. 328/13. Juliana Araujo Lemos da Silva Machado. 329/13. Rafael Bessa Yamamura. 330/13. Fernando Rodolfo Mercedes Moris. 331/13. Lucas Correa Abrantes Pinheiro. 332/13. Flavia Laet Ribeiro de Almeida. 333/13. Cesar Augusto Luiz Leonardo. 334/13. Kamilla Renata Teixeira. 335/13. Rodrigo Figueiredo de Oliveira. 336/13. Daniel Guimarães Zveibil. 337/13. Thiago Soares Piccolotto. 338/13. Erika de Vasconcellos Lima Pompeo. 341/13. Renata Klimke. 342/13. Leandro de Marzo Barreto. 343/13. Carolina Lot da Silva Nunes. 344/13. Aline Tarrazo Fehlow. 345/13. Janayna Lombisani. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, no que tange aos processos acima listados, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 260/13. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (abril a setembro de 2013). Relator: Conselheiro Rafael Valle Vernaschi. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 262/13. Interessada: Ouvidoria Geral da Defensoria do Estado. Assunto: Proposta de deliberação visando à instituição a transparência das sindicâncias, dos processos administrativos e dos demais expedientes correccionais existentes na instituição. Relator: Conselheiro Davi Eduardo Depiné Filho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 348/13. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (Janeiro a Junho de 2013). Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 351/13. Interessados: Ouvidoria Geral da Defensoria do Estado, Núcleo Especializado de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito e o Instituto Luiza Gama. Assunto: Proposta de alteração da deliberação CSDP nº 10/06 (que estabelece regras para a realização do concurso de ingresso na

Carreira de Defensor Público). Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 353/13. Interessado: Presidente da Comissão de Prerrogativas. Assunto: Relatório semestral de atividades da Comissão de Prerrogativas (outubro de 2012 a abril de 2013). Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/13. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de deliberação, que cria a função de Coordenador (a) de Habitação, Urbanismo e Questões Agrárias e fixam suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 360/13. Interessado: Segunda Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 13/06 (que regulamenta a concessão de diárias aos membros da instituição). Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 362/13. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para membros e/ou colaboradores do Núcleo Especializado. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 042/11. Interessado: Jonas Zoli Segura. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Davi Eduardo Depiné Filho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 039/11. Interessado: Guilherme Diniz Barbosa. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Davi Eduardo Depiné Filho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 020/11. Interessado: Cecília Fonseca Bandeira de Melo. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 076/11. Interessada: Tatiana Mendes Simões Soares. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 032/11. Interessado: Eric Guilherme Ferreira de Carvalho. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 077/11. Interessado: Thiago de Luna Cury. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Sarah Rocha Tininis, Secretária do Conselho Superior da Defensoria Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos vinte e quatro dias do mês de janeiro do ano de 2014.

Renato Campos Pinto De Vitto
Presidente

Juliana Saad
Conselheira

Marcia Regina Garutti
Conselheira

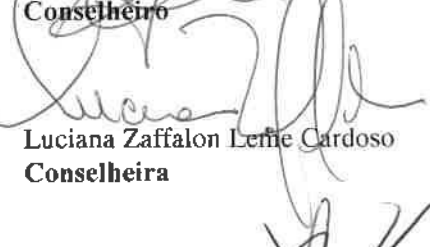
Davi Eduardo Depiné Filho
Conselheiro



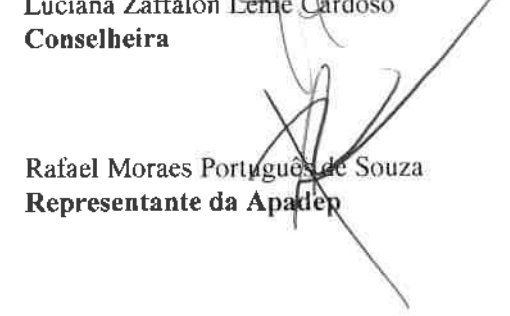
Bruno Ricardo Miragaia Souza
Conselheiro



Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva
Conselheiro



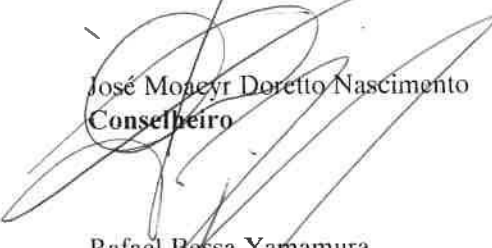
Luciana Zaffalon Lemie Cardoso
Conselheira



Rafael Moraes Português de Souza
Representante da Apadep




Franciane de Fatima Marques
Conselheira



José Moneyr Doretto Nascimento
Conselheiro



Rafael Bossa Yamamura
Conselheiro



Rafael Valle Vernaschi
Conselheiro